

ENSAIO SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL NOS GOVERNOS FHC E LULA

Jânio Alexandre de Araújo (1); Orientador: Alexandre Aparecido da Silva Souza (2)

(1) Centro Universitário Maurício de Nassau – janioaraujori@gmail.com ; (2) Centro Universitário Maurício de Nassau – alexandresouza7@outlook.com.br

Resumo: A análise que empreendemos neste estudo se origina de atividades acadêmico-científicas, assim como a inserção no debate de temas relacionados às políticas públicas de educação básica e principalmente às políticas destinadas à educação profissional técnica e tecnológica. Em um primeiro aspecto, esta pesquisa fundamenta-se em um conjunto de pesquisas e estudos que articulam a construção teórica, sob a ótica histórica e empírica das relações entre trabalho, educação básica e educação profissional nos governos dos então presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Na realidade a Educação Profissional os projetos econômicos no Brasil sempre estiveram guiados por forças de caráter hegemônico, tendo como alvo o lucro e aumento de riquezas, nesse mesmo sentido a qualificação profissional seria a mola precursora do desenvolvimento, pelo menos é o que nos escutamos vários discursos dos primeiros líderes de executivo depois do processo de redemocratização. O percurso metodológico empenhado no presente trabalho é o bibliográfico e documental com teor qualitativo e por vezes quantitativo. Entende-se que o acesso à educação de qualidade e à inserção no mercado de trabalho são pontos importantes para a inclusão social. No entanto, diferentes alternativas devem ser elaboradas e oferecidas para que o processo de formação esteja devidamente associado a condições seguras de articulação entre uma educação de qualidade e oportunidades de emprego. As políticas destinadas ao ensino profissional demandam um esforço intersetorial, ao envolver secretarias e ministérios do governo federal e articulações com o mercado.

Palavras-chave: Educação Profissional, Empregabilidade, Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Não é novidade para ninguém que os processos educacionais passam por mudanças significativas e que os desafios cada vez mais são pertinentes, também não é novidade que tal sistema educacional é influenciado diretamente ou indiretamente pelas dimensões do mundo globalizado e a sua frenética corrida contra o tempo, contudo parece ser novidade as políticas públicas quanto ao gerenciamento de sistema educacional complexo e de mercado, como aliar empregabilidade com os sentidos de uma educação de formação integral e os valores éticos? Que tipo de política os governos praticam para inserir a sociedade dentro de mercado de trabalho que exige qualificação e ao mesmo tempo excludente? São nesses e outros questionamentos que debruçaremos o conceito e as características da Educação Profissional (E.P) no Brasil.

Os governos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e do petista Luiz Inácio Lula da Silva foi o recorte escolhido para fazermos tal análise, pois observamos que de certa forma nesses governos que a Educação Profissional ganha recursos vultosos, mas não foi só isso, pois nesses governos que segundo o entendimento geral dos estudos, o envolvimento de pesquisadores aparenta

ser mais emergente. O Foco então não será citar parâmetros das posturas pessoais desses protagonistas políticos, mas sim se deter a alguns fatos nos processos decisórios desses.

Da realidade a Educação Profissional os projetos econômicos no Brasil sempre estiveram guiados por forças de caráter hegemônico, tendo como alvo o lucro e aumento de riquezas. Nesse mesmo sentido, a qualificação profissional seria a mola precursora do desenvolvimento, pelo menos é o que nos escutamos em vários discursos dos primeiros líderes do executivo depois do processo de redemocratização. Por isso, o centro de interesse desse artigo é explanar o percurso crítico-histórico da política de Educação Profissional nos mandatos de FHC e Lula, procurando assim compreender o contexto dos projetos e investimentos dessa educação no país, bem como seus impactos e falácias. O estudo inicia com debate, que vai tentar construir o conceito da (E.P) e em seguida explicitaremos as políticas públicas dos governos em xeque.

2 METODOLOGIA

Foram usadas na pesquisa instrumentos exploratórios e bibliográficos, pois acreditamos que tal investigação propõe uma análise de interpretação importante para alcançar os objetivos do estudo. Segundo Gil (2010) a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica.

A pesquisa apresentada, apesar de “teórica”, tem a motivação de aplicabilidades para ações dos educadores e gestores públicos que encaram a realidade da educação profissional e precisam dessa bagagem teórica para o desenvolvimento de suas atividades e reflexões.

3 DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (E.P):

A educação profissional e tecnológica no Brasil reveste-se de importância como um elemento estratégico para a construção do desenvolvimento socioeconômico e também da cidadania. As dimensões da implementação das políticas públicas voltadas para a área da educação profissional abarcam uma complexidade que não se restringe somente a uma compreensão linear, que apenas treina o cidadão para empregabilidade, nem a uma visão reducionista que objetiva simplesmente preparar o trabalhador para executar tarefas instrumentais. No entanto, a questão fundamental da educação profissional e tecnológica envolve um estreito vínculo com o contexto maior da educação brasileira, que circunscrita os caminhos históricos percorridos por nossa sociedade.

A formação profissional, no Brasil sempre esteve reservada, desde a sua origem, às classes menos favorecidas, aquelas que necessitavam se engajar de imediato na força de trabalho e que não tinham acesso a escolarização básica regular. (CORDÃO, 2004, p. 44).

É preciso considerar que o sistema educacional brasileiro no seu interior circula um complexo movimento de construção e reconstrução, sendo determinado por fatores de ordem socioeconômica e político-cultural, articulando diversos atores sociais e políticos.

Para obter um entendimento acerca da nossa dívida com a educação básica e profissional nas suas dimensões quantitativa e qualitativa, é necessária a compreensão da estrutura social brasileira que foi sendo formada a partir de um sistema colonial e escravocrata durante séculos e mais recentemente na década de 1990, sob as doutrinas neoliberais de um projeto de um capitalismo associado e dependente.

Os clássicos do pensamento social, político e econômico brasileiro, como Prado (1966) nos permitem compreender as relações societárias e entender o Brasil contemporâneo. É importante compreender o porquê que a classe burguesa brasileira não necessitou da universalização da educação básica, reproduzindo um sistema de escola dual e uma educação profissional-tecnológica restrita, pois somente visa formar o “cidadão produtivo” adaptado às necessidades do capital e do mercado.

Caio Prado Junior (1966) destaca os principais problemas que reforçam a nossa formação social desigual e que impedem mudanças estruturais no Brasil.

Caio Prado Junior (1996) revela que o primeiro é o *mimetismo* na análise de nossa realidade histórica que se caracteriza por uma colonização intelectual, hoje das teses dos organismos internacionais e de seus intelectuais e técnicos. Os protagonistas dos projetos econômicos e das propostas de reformas educacionais, a partir da década de 1990, se formaram em universidades estrangeiras ícones do pensamento desses organismos e/ou trabalharam nos mesmos. O segundo problema é o crescente endividamento externo e a forma de efetivá-lo pelo alto pelas frações dominantes da burguesia brasileira. E, por fim, o último constitui-se pela abismal assimetria entre o poder do capital e do trabalho, configurando uma das forças de trabalho de maior nível de exploração do mundo. (FRIGOTTO, 2007, p. 1132).

Celso Furtado (2005) é um dos autores brasileiros que mais publicou sobre a formação econômica e social do Brasil e as especificidades do desenvolvimento brasileiro ele sintetiza sua visão crítica sobre os rumos e os dilemas brasileiros revelando que:

Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de Reitorias, de populações indígenas desgarradas; de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de

extraordinária poli-Valência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade linguística e religiosa. Mas nos falta à experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades, e principalmente de nossas debilidades. Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera, e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do Devanir humano. Ou se prevalecerão às forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação do Estado-Nação. (FURTADO, 2005, p. 10).

O Brasil é uma das dez maiores economias do mundo segundo as estimativas do FMI. A nação possui o Produto Interno Bruto (PIB), em torno de 2, 456 trilhões no ano de 2013. Entretanto, o país ainda possui desafios enormes no que tange ao enfrentamento da pobreza extrema no último censo do IBGE (BRASIL,2010), o país ainda possuía cerca de 16,5 milhões de brasileiros vivendo na pobreza extrema, ou seja, com R\$ 70 reais per capita. No entanto, a nação ainda está um século atrasada na efetivação da reforma agrária e convivendo com milhões de famílias em acampamentos dos Sem Terras. Outro dado que revela a desigualdade social é a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade no Brasil em 2011 existia o percentual de 8,6 %, totalizando a faixa de 12, 9 milhões de analfabetos a região Nordeste concentra 16,9%, correspondendo a 6,8 milhões de analfabetos, 52,7% do total de analfabetos no Brasil.

O investimento em educação é uma estratégia importantíssima para o enfrentamento das desigualdades sociais que historicamente deixou marcas profundas na sociedade brasileira.

Em relação à educação profissional, as mudanças tecnológicas e organizacionais do trabalho pelos quais os países de capitalismo avançado passaram a partir de meados da década de 80 configuraram o mundo produtivo em algumas características como: flexibilização da produção e reestruturação das ocupações; integrações dos setores produtivos; valorização dos saberes dos trabalhadores não formalizados. Nesse contexto de transformação é de fundamental importância o debate sobre a qualificação profissional, pois se faz necessária a compreensão das relações entre trabalho e educação, assim como a institucionalização de novas formas de educar e formar os trabalhadores.

Schwartz (1995) propõem que a qualificação possui três dimensões: conceitual, social e experimental. A primeira define-se como a função do registro de conceitos teóricos formalizados, ou seja, títulos e diplomas. A dimensão social está relacionada com o fato de que a qualificação no âmbito das relações sociais é estabelecida entre os conteúdos das atividades desenvolvidas e a classificação hierárquica, assim como um conjunto de regras e direitos relativos ao exercício profissional construído em coletividade. Por fim, a terceira dimensão está diretamente relacionada

ao conteúdo dos trabalhos, que não se inscreve não somente aos conceitos, mas a um conjunto de saberes postos em jogo na hora da realização dos trabalhos.

Ramos (2002) evidencia que os saberes tácitos e sociais adquirem relevância diante do saber formal, cuja posse estava atestada pelos diplomas. Diante da crise do emprego e da super valorização do redimensionamento pelo qual passa o conceito de qualificação traz implicações sobre os parâmetros de formação profissional, de acesso ao emprego, classificação e remuneração. Contudo, existe um movimento generalizado em diversos países do mundo, em função da reformulação de seus sistemas de educação profissional. Segundo Ramos (p. 45, 2002), “Esse fenômeno tem um significado não só técnico, mas também político”. A reforma que ocorreu ainda no processo de globalização da economia e à crise do emprego, colocou-se a necessidade de criação de novos parâmetros educacionais, aproximando a educação profissional às novas tendências produtivas.

A educação profissional e tecnológica deverá ser concebida como um processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique os cidadãos e os eduque com bases éticas, políticas e científicas. Segundo Pacheco;Morigi (2012), a educação profissional deverá ser um processo mediador nas mudanças da estrutura social.

No entanto, como consequência, emerge a necessidade de se construir uma política educacional que integre a formação profissional ao campo de um sistema nacional de educação, universalizado e democratizado, em todos os níveis das modalidades de ensino. Entretanto, deve-se estruturar a educação profissional e tecnológica, permitindo ao cidadão participar ativamente da construção social e adquirir capacidade de se exercitar intelectualmente e tecnicamente.

3.1 APONTAMENTOS CRÍTICOS DA E.P NOS GOVERNOS FHC E LULA

Para melhor o entendimento das reformas ocorridas no Brasil, em particular a educacional, é necessário compreendermos as transformações políticas ocorridas nos anos 90, ainda que fossem preparadas na década de 80. Essa explicação efetivaria o objetivo norteador do presente trabalho.

A crise do capitalismo mundial durante a década de 70 expressou a transição entre diferentes modelos de desenvolvimento, do fordismo para a nova ordem econômica mundial. No período denominado de anos dourados que se inicia depois da 2ª Guerra Mundial que vai até os anos 1970, o fordismo atingiu a sua plenitude. Nesta fase o capitalismo mundial caracterizava-se como um sistema de acumulação intensiva de capital associado à produção e ao consumo em massa. Porém observa-se que o processo de trabalho utilizando a vertente fordista passa apresentar queda de

produtividade devido à obsolescência da base tecnológica. Este cenário favoreceu o aparecimento do desemprego e de um surto inflacionário, agravado pela crise do petróleo. O quadro econômico era complicado e politicamente instável. De acordo com Ferretti (2000): “A crise do fordismo, como forma de organização do trabalho e como modelo de desenvolvimento do capitalismo, inaugura um novo momento histórico, em cujo centro encontra-se a nova ordem mundial e o neoliberalismo.” (P.55).

A nova ordem econômica mundial vai, pois, se delineando por meio da superação das contradições produzidas historicamente pelo fordismo, considerado como uma nova etapa do capitalismo ou como um estágio de acumulação capitalista.

Nessa nova etapa histórica, a tecnologia e a informação, de que se servia o capital em fase anterior, tornam-se suas forças produtivas centrais que se desenvolvem sob o monopólio. O dinheiro converteu-se no principal móvel econômico em razão do modo de produção do capital concretizado pelo sistema financeiro e pela globalização do mercado mundial. As corporações transnacionais assumem os centros de poder em nível planetário, em detrimento dos Estados nacionais, escudados em organizações financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial etc. Decorrência e componentes estruturais dessa nova fase adquirem dimensão cada vez mais ampla o desemprego, a desestatização/privatização do Estado e a terceirização da economia, legitimados pelas concepções neoliberais. (SGUISSARDI, 1994, p. 5).

Os novos processos de trabalho passaram por mudanças, pois foram substituídos por outro padrão tecnológico, que lhes possibilitava características distintas do modelo fordista. Na esfera educacional, os tempos de mundialização do capital e financeira, desregulamentação, Estado mínimo, terceirização, estratificação do mercado de trabalho, enfraquecimento das instituições políticas, privatização e hegemonia das organizações não governamentais em funções estatais e entre outras, passam a serem características marcantes dessa nova fase. “Busca-se, por vários meios, transformar a educação em um bem privado em uma mercadoria, que por alguma via se adquire e se torna propriedade privada do possuidor, acentuando o individualismo” (FERRETI, 2000, p. 57).

No Brasil as transformações econômicas e produtivas do capitalismo mundial modificaram o cenário econômico do país. Durante a década de 80, no plano internacional, é marcada pela crise econômico-financeira que se reflete no Brasil mediante a cobrança da dívida externa. O Estado estava sujeito aos ajustes macroeconômicos impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), debilitando a capacidade do Brasil de investir em estratégias de desenvolvimento industrial. Durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello foi adotado a política de abertura da economia brasileira ao comércio internacional.

O Brasil nos anos 90 acentua o seu ajuste estrutural, inserindo-se na nova ordem mundial. Na mesma década, as eleições presidenciais e, é eleito o presidente da República Fernando



Henrique Cardoso. De acordo com Ferreti (2000), durante o governo de FHC houve diversas reformas no país. Pereira (1996) relata que: “No Brasil a reforma do Estado começou neste momento, no meio de uma grande crise econômica que chega ao auge em 1990 (...).” (P. 269). O então presidente Fernando Henrique Cardoso transformou o Brasil no país das reformas e submeteu as ordens de organismos multilaterais, em especial o Banco Mundial. É importante salientar que as reformas do Estado no atual momento do capitalismo mundial tendem para o desmonte do Estado intervencionista na economia e em áreas sociais. As políticas públicas passam a orientar-se segundo um novo paradigma. “De fato as políticas formuladas para área social não são políticas sociais, mas econômicas, em gerais assemelhadas às sugeridas por conhecidos organismos multilaterais.” (FERRETI; 2000, p. 62).

Neste contexto a política educacional, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (LDB), baseia-se no reconhecimento de que o desenvolvimento de profissionais deve ser preparado para enfrentar os desafios do mercado de trabalho contemporâneo. A LDB instituiu as bases para reforma do ensino profissionalizante. A reforma do ensino médio e na educação profissional ocorreu em uma arena de disputas políticas. Assim, a reforma do ensino médio e profissional implantada nas duas últimas gestões do governo FHC é fruto de um processo histórico de disputas políticos-ideológicos.

O entendimento acerca da reforma instituída legitima um projeto não consensual, o qual desestrutura as redes de ensino preexistentes. A medida provisória 1.549/97, em seu Artigo 44 aponta para transferência de responsabilidades de manutenção e gestão do ensino profissional e técnico para os Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo e ONGs, eximindo a União da incumbência de continuar participando da expansão do ensino profissional no Brasil.

As políticas de educação profissional formulada a partir da Lei da LDB, portanto no segundo mandato do governo FHC, era pautada no discurso da inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho por meio da qualificação profissional. Contudo, as medidas propostas pela LDB relacionados à educação profissional não surtiram efeito anunciado e acabaram por deixar a práticas educativas ainda mais precárias.

Os programas de educação profissional no governo FHC foram conferidos pelo decreto nº 2.208/97, além de fornecer fundamentos para o Plano Nacional de Qualificação Profissional do Trabalhador (PLANFOR) e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Este decreto forneceu as normas e concepções sobre os quais se desenvolveu o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), vinculado ao MEC. É importante salientar que este decreto foi disposto para

atender ao acordo entre o MEC e o Banco Mundial, na qual a sua principal proposta era a separação entre o ensino médio e a Educação profissional. Kuenzer (2006) revela que: “[...] por meio dele que se criaram as condições para a negociação e implementação do PROEP, em atenção às exigências do Banco Mundial” (P. 888).

Durante o governo do presidente FHC foram criados o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), este último como uma política do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da participação dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais. Nos anos dos mandatos do presidente Lula houve continuidade do PRONERA e do PROEP, nesse momento em fase de negociação como Banco Mundial para a sua renovação. É importante lembrar que, durante governo do presidente Lula foi implantado os seguintes programas de ensino profissional: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

A reforma da educação nos anos do governo FHC foi duramente contestada pelas forças progressistas da sociedade brasileira e assimilada pelos segmentos conservadores. Durante os anos de 1996 a 2003, lutou-se pela revogação do decreto nº 2.208/97, pois havia a necessidade da construção de novas regulamentações, mas coerentes com a realidade da educação profissional no Brasil.

Por isso, a problematização sobre a política de educação profissional que tem como referência as lutas sociais, portanto, pressupôs uma análise do percurso tomado por essa política no governo do presidente Luiz Inácio da Silva nos anos de 2003-2010. Frigotto (2007) e Kuenzer (2006) expressam que durante o governo Lula houve a tentativa de reestruturar a educação profissional na perspectiva de reconstruí-la como política pública. “Corrigir as distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica (...).” (BRASIL, 2010. p. 2).

Com relação às mudanças a partir da revogação do Decreto nº 2.208/97 pelo Decreto nº 5.154/04 tinham como objetivo à integração do ensino médio com a educação profissional. “A demonstração de que não há qualquer ”nova concepção” pedagógica nesse parecer é a compreensão de que a educação profissional técnica de nível médio deva ser oferecido simultaneamente e ao longo do ensino médio.” (FRIOGOTTO, 2007, p.109).



Após a avaliação do PLANFOR, o governo do presidente Lula apresentou novas concepções em relação às políticas públicas de educação profissional, expressa no Plano Nacional de Qualificação (PNQ), para o período de 2003/2007, com três grandes objetivos: inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de emprego e renda, ambiente sustentável e redutor das desigualdades regionais. Para fins de análise, podem ser identificadas algumas linhas programáticas que a partir do PNQ, propõe-se a operacionalização das políticas educacionais no âmbito do ensino profissional no governo Lula: a primeira se constitui a proposta de reformulação do PLANFOR; a segunda congrega os programas que apresentam vínculo com a educação básica; a terceira tem sua origem no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE).

As críticas às políticas de ensino profissional adotada durante o governo do presidente Lula, estão baseadas nas concepções de que as ações públicas não estatais que justificou o repasse de recursos públicos para iniciativa privada e, os programas citados referenciados neste texto se caracterizaram pela desarticulação e pela fragmentação das ações a que deram origem a uma série de projetos espelhados por diversas unidades gestoras dos ministérios

Não é de estranhar, portanto, a reivindicação feita pelos gestores públicos de educação profissional, para que estes inúmeros projetos que fragmentam as ações e os recursos, atribuindo a execução ao setor privado, sejam substituídos por uma política de Estado que contemple, de forma orgânica, o financiamento e a gestão pública, comprometidos com o bem uso dos recursos públicos, a ser assegurado pelos controles públicos da União, posto que a pesquisa levada a efeito, ainda que preliminar, permite questionar fortemente a falta de efetividade social dos programas que vêm sendo desenvolvidos, que se revestem de caráter fragmentado, assistencialista e compensatório, sem que se configurem de fato como política pública. (KUENZER, 2006, p. 903).

Portanto, conclui-se que é fundamental que essas políticas de educação profissional sejam de Estado, pois se configura como o reconhecimento do papel estratégico que desempenha o ensino profissional. No entanto, os princípios que orientaram a educação profissional no governo FHC não foram de fato superados pelo governo Lula. É plausível afirmar que houve continuidade de propostas precárias de ensino profissional para legitimar a inclusão ao mercado de trabalho precarizado, de modo que atenda somente a demanda das empresas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No afã de um processo em que as políticas públicas de educação profissional sejam reconhecidas e ultrapassadas as barreiras, o governo Dilma amplia as vagas e acesso a essa modalidade de educação, via programas de educação aligeiradas e interiorização dos Institutos

Federais. Contudo é importante frisar que toda política pública é necessariamente exitosa quando seu monitoramento e avaliação, sendo assim falta ainda realizada um exame sistemático com vistas de observar a efetividade e eficiência da ação social na realidade na qual foi implementada.

Os governos FHC e Lula, em muitas dimensões da E.P são bem semelhantes, principalmente no que tange a oferta, mas podemos dizer que a grande diferença que o governo tucano visava a formação para o mercado de trabalho no mundo globalizado e assim proventos em um grau maior, podendo o aluno pensar em fazer o ensino superior, já o governo Lula focou na certificação, em que os sujeitos após a realização do curso fossem ao mercado de trabalho de forma imediata, podendo tal sujeito concomitantemente trabalhar no curso realizado na E.P e fazer o curso superior, ou seja, uma coisa não anularia a outra, isso em aspectos ideológico.

Outra questão importante é que muitos egressos da educação profissional, principalmente do que chamamos de cursos de formação continuada (FIC), não conseguem a inserção no mundo empregatício, pois sua profissionalização é rasa, cabendo as poucas ilhas de excelência no país realizar essa tarefa, como os Institutos Federais. Portanto, conclui-se que as políticas públicas de educação profissional adotadas nos últimos anos foram planejadas de forma que a sua missão pretendida não consegue atender a demanda e modificar a ordem social vigente dos beneficiários.

REFERÊNCIAS

BRASIL, IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Resultados **Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/preliminar_tab_uf_zip.shtm>. Acesso em: 02 out. 2016

CORDÃO, Francisco Aparecido. **Teleconferência O Docente da Educação profissional**. SENAC - São Paulo, 2004.

FERRETI, J. C. **Educação profissional numa sociedade sem empregos**. Cadernos de pesquisas, n° 109, p.43-66, março/2000. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a03.pdf>>. Acesso em: 12 de setembro de 2016.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 32 ed. 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A política de educação profissional no governo**

Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2007

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A educação profissional nos anos 2000:** a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educ. Soc.* Campinas, 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 11 de outubro de 2016.

PACHECO, E. M.; MORIGI, V. (Org.). **Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania: A revolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.** Porto Alegre: Tekne, 2012.

PEREIRA, L. C. B. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil:** para uma nova interpretação da América Latina. São: Editora 34, 1996 .

PRADO, JR. C. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.

RAMOS, M.N. **A pedagogia das competências:** Autonomia ou adaptação. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHWARTZ, Y. De la “Qualification” à la “Compétence”. *Education Permanente*, 1995, n° 123, p. 125-138.

SGUISSARDI, V. Silva JR, . **As novas faces do ensino superior privado.** UNIMEP,1994